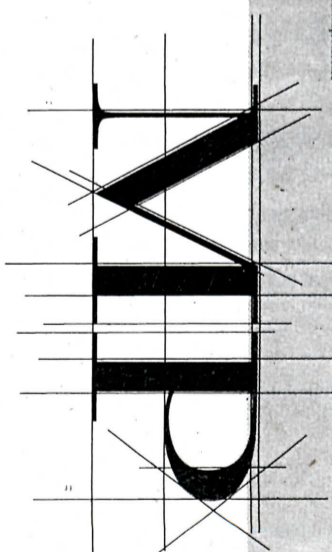


PENSANDO O



2008-2011
Plano
Estratégico
do Ministério Público
do Maranhão

érgico
íblico do
ranhão
11



MINISTÉRIO
PÚBLICO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



MINISTÉRIO
PÚBLICO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COMISSÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO -

(Ato Regulamentar nº 25/2006-GPGJ)

Francisco das Chagas Barros de Sousa
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Terzinha de Jesus Guerreiro Bonfim
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Oswaldo dos Santos Jacintho
DIRETOR-GERAL

Márcio Thadeu Silva Marques
DIRETOR DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

COMISSÃO DE APOIO À SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PGJ - 2008/2011

(Portaria nº 0666/2007-GPGJ)

Aniceo Cantanhede Filho - Analista Ministerial

César Veiga Arruda - Analista Ministerial

Waldenice Oliveira Almeida - Coordenadora de Comunicação

Johellton Sousa Gomes - Analista Ministerial

Francisco Colombo Lobo - Analista Ministerial

Andréia de Melo Nogueira - Chefe de Cerimonial

Valéria Cristina Trancoso Praseres - Analista Ministerial

Abelardo Teixeira Balliz - Diretor da Secretaria Administrativo Financeira

Normalização e editoração eletrônica

Maira dos Remédios Ribeiro dos Santos - Coordenadora da Biblioteca/PGJ

Rômulo de Sá Malta - Chefe de Seção

Mayeko Pereira Passos - Estagiário de Jornalismo

Capa

Coordenação de Comunicação

Procuradoria Geral de Justiça

Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro.

São Luís - Maranhão - CEP: 65.020-910

Fone: (98) 3219 1600 - www.mp.ma.gov.br

Maranhão, Ministério Público.

Plano Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2008-2011 -

São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2007.

28 p.

1. Ministério Público - Maranhão. I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Este documento resulta de um processo de planejamento institucional estratégico que demandou um esforço de inclusão para além dos membros e servidores do Ministério Público Estadual. A proposição era de colher da sociedade as expectativas e demandas quanto à atuação do Ministério Público.

Com o fim de permitir essa participação e ainda assim nos mantermos nos marcos possíveis da exequibilidade, elegemos propiciar a participação da sociedade através dos fóruns de direitos e políticas públicas atuantes no Maranhão.

A partir de uma listagem inicial de aproximadamente quarenta articulações de diversas áreas da sociedade civil, conseguimos que nove delas colaborassem com demandas encaminhadas por escrito. Além disso, foi fundamental a participação de entidades da sociedade civil e particulares em seis audiências públicas que reuniram membros do Ministério Público em seis pólos (São Luís, Imperatriz, Pinheiro; Presidente Dutra, Timon e Santa Inês) em que dividimos o Estado do Maranhão.

As demandas colhidas nas audiências públicas sofreram a avaliação dessas manifestações de modo técnico, pelos Promotores de cada região. Todo o processo de recolhimento dessas contribuições constituiu um marco importante para a característica participativa que imprimimos ao Planejamento. Também foram aplicados questionários entre membros e servidores, que vieram se juntar às proposições colhidas da sociedade civil.

As demandas avaliadas como pertinentes ao Ministério Público Estadual foram então submetidas, em nova etapa, à discussão agora não mais sob o foco regional, mas o de área de atribuição ministerial (infância, direitos humanos, proibidade administrativa, criminal, meio ambiente, cível e consumidor) em um Seminário intitulado "Pensando o Ministério Público", realizado de 22 a 24 de agosto passado, em que essas contribuições foram discutidas, assim como também nossa estrutura e identidade com a organização judiciária em face dos limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O planejamento é feito para organizar a atuação do Ministério Público, como instituição, encarregada de defender a

Estabelece o procedimento para o monitoramento do planejamento institucional do Ministério Público e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a conclusão do planejamento institucional do Ministério Público para o período 2008/2011, na forma do art. 194-A da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 2007 e do Ato Regulamentar nº 25/2006 - GPGJ;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o documento final do planejamento institucional do Ministério Público para o período 2008/2011, na forma do anexo único deste Ato Regulamentar.

Art. 2º - O Planejamento Institucional será acompanhado e monitorado por órgão ou setor administrativo indicado por portaria, que contará com o apoio de todos os órgãos da Administração Superior, de Execução e Auxiliares para a obtenção de informações e dados necessários a esta tarefa.

Parágrafo único: Até o dia 30 de janeiro de cada ano, a partir de 2009, deverá ser publicado, na página da Procuradoria Geral de Justiça (www.mp.mt.gov.br), relatório sobre o estado de execução do planejamento estratégico no exercício anterior, o qual deverá contar, no mínimo, com as seguintes informações:

- I) Registro de Audiência Pública anual a ser promovida no Dia Estadual do Ministério Público, 15 de maio, consoante a Resolução nº 02/2006-CPMP, para debate com a população sobre o planejamento estratégico do Ministério Público para o quadriênio 2008/2011;
- II) Relatório anual dos Centros de Apoio Operacional; e,
- III) Extrato das informações prestadas ao CNMP, na forma da Resolução nº 12/2006, daquele Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial. Cumpra-se e publique-se, inclusive no Boletim Interno.

São Luís, 13 de novembro de 2007.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral de Justiça

sociedade. Isso representa a visão de que o planejamento é institucional. Isso amplia o seu trabalho e sintoniza com as necessidades da população. Avançamos na tarefa de buscar resultados a serem alcançados. Temos que avançar e termos a visão de que temos que servir ao cidadão. Tivemos o seminário com vários conferencistas de renome e contribuições valiosas de colegas do Ministério Público, que são importantes para o planejamento. Não há dúvidas de que todos contribuíram para o sucesso desse trabalho.

A sociedade assimilou a idéia. Não se pode admitir um Ministério Público que não tenha a sensibilidade de interagir com uma sociedade como a maranhense, marcada pelos mais baixos indicadores sociais do país. O Ministério Público deve ser notado pela sua capacidade de trabalhar com prioridades que regem sua atuação, que é a de construir a cidadania num Estado onde as pessoas carentes são maioria. É um gesto positivo para crescer e aumentar a credibilidade e manter sua postura e prerrogativas. É um momento de vanguarda e ousadia quando saímos para ouvir a sociedade. Demonstra que o Ministério Público é uma instituição de combate, corajosa, que convive com as críticas e com os elogios. É o Ministério Público social e de vanguarda.

A participação popular é desejada e necessária no momento que agora se inicia: o de monitorar o planejamento. Também de forma inédita se fará ouvir a sociedade na avaliação de nosso planejamento, com a realização, além do acompanhamento técnico, de uma audiência pública anual, no dia 15 de maio, data estadual do Ministério Público. Este é o Ministério Público que se desafia, para aprimorar-se democraticamente, retornando para a sociedade os resultados positivos dessa interação.

3 REFERÊNCIAS ESTRATÉGICAS DO MP/MA

MISSÃO INSTITUCIONAL

Promover a efetivação do Estado Democrático de Direito, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Destacar-se como instituição eficiente na defesa do Estado Democrático de Direito e na garantia da justiça social e da cidadania.

DIRETRIZES

- Valorização da atividade final e dos órgãos de execução;
- Eficiência e efetividade na intervenção jurídico-social da Instituição;
- Prevenção da vulnerabilidade dos órgãos de execução;
- Modernização administrativa;
- Valorização dos servidores;
- Promoção da cidadania a partir de atividades extraprocessuais.

4 MATRIZ PROGRAMÁTICA 2008-2011

PROGRAMAS	PROJETOS DE AÇÃO	RESPONSÁVEIS
Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Proteção aos Direitos Difusos e Coletivos ■ Monitoramento das Políticas Públicas 	CAOPs CAOPs
Probidade Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> ■ Proteção à Infância e à Juventude ■ Combate à Violência 	CAOP Criminal CAOP PROAD
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Controle da Gestão dos Recursos Públicos ■ Fortalecimento do Controle Social 	CAOP PROAD
Melo Ambiente e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> ■ Proteção do Ambiente e da Cultura ■ Cidadania Ambiental 	CAO/EMA CAO/UMA Secretaria para Assuntos Institucionais
Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ■ Estruturação e Implementação de CAOPs ■ Capacitação dos Membros e Servidores 	ESMP / CGRH
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Gestão de Pessoas 	Diretoria Geral
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reestruturação Organizacional da PGJ 	Diretoria Geral
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Modernização das instalações físicas e do parque tecnológico ■ Comunicação Institucional 	Diretoria Geral Coord. Comunicação

5 DETALHAMENTO OPERACIONAL

Projetos de Ação



5.1 Direitos Humanos

5.1.1 Proteção dos Direitos Difusos e Coletivos

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Exigir a criação da defensoria pública com atuação em todas as comarcas 	<ul style="list-style-type: none"> → Acompanhamento permanente da Ação Civil Pública (Proc. n.º 20239/2007, da 5ª Vara da Fazenda Pública), proposta pela Promotoria de Defesa dos Direitos do Cidadão. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Provocar a instalação da ouvidoria agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> → Proposição de TAC para instalação da ouvidoria agrária. 	Junho de 2008
<ul style="list-style-type: none"> Provocar a universalização do registro de nascimento e óbito. 	<ul style="list-style-type: none"> → Plano de Erradicação do sub-registro de nascimento, elaborado, pelo CAOP/II. 	Março de 2008
<ul style="list-style-type: none"> Encaminhar as demandas do trabalho escravo para Procuradoria do Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> → 100% das demandas encaminhadas para a PRT, pelos órgãos de execução. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações para a acessibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> → 100% das Promotorias dos Direitos do Cidadão desenvolvendo ações para garantir a acessibilidade. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Humanizar o atendimento nas Promotorias às vítimas de violência. 	<ul style="list-style-type: none"> → 100% das Análises Ministeriais da área de Serviço Social capacitadas e disponíveis para atendimento aos pólos. 	2008
<ul style="list-style-type: none"> Requerer serviços de saúde voltados para a população negra. 	<ul style="list-style-type: none"> → Programa implantado, pelo CAOP/DH, para garantia de políticas de saúde étnica. 	Março de 2009
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar o sistema de crédito consignado para aposentados e pensionistas. 	<ul style="list-style-type: none"> → Proposição de ações judiciais e/ou extrajudiciais em 100% das demandas pela vedação de captação domiciliar de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Combater a grilagem de terra e a corrupção dentro de cartórios. 	<ul style="list-style-type: none"> → Identificação dos casos de grilagem de terras e corrupção nos cartórios. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Instalar o CAOP do Consumidor. 	<ul style="list-style-type: none"> → Fiscalizada a qualidade de serviços de água, energia e telefonia. → Estimulada a implantação de PROCONS municipais. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Racionalizar a intervenção do MP no Processo Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> → Resolução do Colégio de Procuradores sobre a racionalização da intervenção do MP no Processo Civil. 	Dezembro de 2008
<ul style="list-style-type: none"> Promover ações coletivas para reparação de direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> → 100% das demandas para reparação de direitos difusos e coletivos atendidas pela via judicial e/ou extrajudicial atendidas. 	2008-2011

5.1.2 Monitoramento das Políticas Públicas

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Implantar programa de defesa dos direitos do idoso. 	<p>→ Cobrada a criação de Sistemas de Garantia dos Direitos dos Idosos nos municípios, pelo CAOP/DH.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Implantar programa de monitoramento das políticas públicas. 	<p>→ Apoiada a implantação e o funcionamento de conselhos setoriais de políticas públicas, pelo CAOP/DH.</p> <p>→ Difundida a legislação sobre políticas públicas, pelo CAOP/DH.</p>	2008-2011

5.1.3 Proteção à Infância e à Juventude

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Provocar a implantação e implementação de políticas para crianças e adolescentes. 	<p>→ 100% de atendimento da demanda por criação de conselhos dos direitos e tutores pelo CAOP/DH.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a montagem e operacionalização do Orçamento Criança, dos Conselhos de Direitos e dos Fundos para a Infância. 	<p>→ 100% de atendimento da demanda por capacitação de conselheiros dos direitos e tutores pelo CAOP/DH.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o "Direito de Aprender Direito". 	<p>→ Ampliado o programa para todas as comarcas.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Combater a violência contra crianças e adolescentes. 	<p>→ 100% de atendimento da demanda pelos órgãos de execução.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Implementar programa de acompanhamento à municipalização da Ilberdade Assistida. Prestação de Serviço à Comunidade, do CAOP/DH. 	<p>→ Acompanhamento da ação civil pública do CDM/P (Proc. n° 3859/2006 da 1ª Vara da Infância e da Juventude) em todas as instâncias.</p> <p>→ Provocada a descentralização da execução das Medidas Socio-Educativas.</p>	2008-2011

5.1.4 Combate à Violência

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Propor e apoiar a criação de Conselhos de Segurança Pública. 	<p>Recomendação da PGJ aos prefeitos para criação dos conselhos de segurança pública.</p>	2009
<ul style="list-style-type: none"> Cobrar a reestruturação ou implantação de delegacias e a lotação dos concursados. 	<p>Acompanhamento à ação civil pública da Promotoria do Cidadão de São Luis, em tramitação no STJ (Resp. n° 866269/2006, Relatora Ministra Eliana Calmon).</p> <p>Proposição, por via judicial ou extrajudicial, para titularização de delegados de carreira em todas as delegacias do Estado.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar a Lei Maria da Penha. 	<p>100% de atendimento da demanda por capacitação, pelos CAOP/DH e CAO/CRIM.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de cadastro relacionado à Lei Maria da Penha. 	<p>Cadastro implantado pela Corregedoria.</p>	Junho de 2008
<ul style="list-style-type: none"> Exercer o Controle Externo da Atividade Policial. 	<p>Elaborado plano de atuação pelo CAOP/DH.</p>	Junho de 2008
<ul style="list-style-type: none"> Combater a violência contra mulheres. 	<p>100% de atendimento, pelos órgãos de execução, da demanda relacionada à violência contra mulheres.</p>	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Instalar o CAOP Criminal. 	<p>Combate permanentemente à macro criminalidade.</p> <p>Combate permanente ao Tráfico de Drogas.</p> <p>Garantia da aplicabilidade da Lei de Execução Penal.</p> <p>Revisar os processos de execução penal. Garantir a aplicabilidade da nova Lei de Flagrantes.</p> <p>Proposição de ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.</p> <p>Acompanhamento contínuo à política de ressocialização da comunidade carcerária.</p>	2008-2011

5.2 Proibidade Administrativa

5.2.1 Controle da Gestão dos Recursos Públicos

AÇÕES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Exercer o controle dos contratos e convênios celebrados pela administração pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizadas 8 mil pessoas para acompanhamento ao ciclo orçamentário e a prestação de contas municipais em todas as comarcas. Fiscalizados todos os convênios e contratos celebrados pela Administração Pública. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Estruturar o CAOP - PROAD para coordenar demandas judiciais uniformes. 	<ul style="list-style-type: none"> Promovidas ações visando inibir a corrupção nas Administrações Públicas. Realizado o Programa Contas na Mão. Realizadas Audiências Públicas sobre a aplicação dos recursos públicos. Promovidas ações de combate aos crimes fazendários. 	30/06/08 2008-2011 2008-2011

5.2.2 Fortalecimento do Controle Social

AÇÕES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar os conselhos setoriais a fiscalizarem a aplicação dos recursos públicos. Publicar cartilhas sobre os direitos e princípios da administração pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Celebrados convênios e parcerias para custeio de capacitação. Publicadas e distribuídas cartilhas sobre controle social. 	2008-2011 2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a integração das entidades da sociedade civil organizada em torno do Controle Social. 	<ul style="list-style-type: none"> Instalados fóruns regionais por pólo, no âmbito do Programa Contas na Mão. 	2008-2011

5.3 Meio Ambiente e Cultura

5.3.1 Proteção do Ambiente e da Cultura

AÇÕES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Defender as Áreas de Preservação Permanente, rurais e urbanas (manguezais, campos naturais, nascentes e matas ciliares, mineração, assoreamento). 	<ul style="list-style-type: none"> Implementados Planos Diretores e leis de zoneamento em 76 municípios. 60 TACs para restauração das APPs. 	2008-2011 2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Prevenir o corte ilegal de espécies protegidas (babaquais, bacurizeiros e piquizeiros). 	<ul style="list-style-type: none"> Sugestão de 2 projetos de leis estaduais que tornem essas espécies inunes de corte. 100% de atendimento à demanda de ações penais contra os responsáveis pelo corte das espécies. 	31/12/2008 2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar o transporte ilegal de madeira e carvão vegetal. 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de fiscalização do licenciamento das 7 usinas de ferro-gusa existentes no Estado. 	2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Proteção ao patrimônio cultural edificado. 	<ul style="list-style-type: none"> Estimulada a implantação de órgãos municipais de cultura e tombamento nos 20 municípios mais antigos do Estado. 100% de atendimento às demandas de ações penais e civis públicas em defesa do patrimônio cultural. 	2008-2011 2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Defender os recursos pesqueiros. 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de atendimento às demandas de ações penais por pesca predatória. Competidos os 20 maiores municípios a implantarem aterros sanitários. 100% de atendimento às demandas de ações penais por poluição sonora. 	2008-2011 2008-2011 2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Combate à poluição ambiental (lixo urbano, poluição sonora, lançamento de esgotos em rios). 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de encaminhamento das demandas de recomendação aos órgãos competentes para a fiscalização dos excessos de ruídos. Campanhas de orientação aos cidadãos a promoverem ações individuais relacionadas à perturbação sonora. 100% de atendimento às demandas de responsabilização civil e criminal por atividades que lancem resíduos não tratados. 	2008-2011 2008-2011 2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o desenvolvimento de cidades sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> 100% de atendimento à demanda relacionada a loteamentos irregulares e clandestinos. Propostas ações de regulamentação sustentável nos 20 maiores municípios do Estado. 	2008-2011 2008-2011

5.3.2 Cidadania Ambiental

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Exercer controle externo da administração ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> → Capacitados 50 promotores de Justiça para atuar nas questões de Improbidade ambiental. → Fiscalizada a publicidade de 100% do licenciamento ambiental e dos EIA/RIMA. → Fiscalizados, pelos menos 2 processos de licenciamento, por amostragem, de até 10 (dez) atividades produtivas, por ano, pela Promotoria do Meio Ambiente da Capital. 	<ul style="list-style-type: none"> 2008-2011 2008-2011 2008-2011
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a criação e funcionamento dos conselhos municipais de meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> → Estimulada, através do CAOUMA, a realização de audiências públicas em 20 municípios. → Estimulada, através do CAOUMA, a realização de até 04 audiências públicas de avaliação em municípios que possuem conselhos instalados há pelo menos 02 (dois) anos. 	<ul style="list-style-type: none"> 2008-2011

5.4 Fortalecimento Institucional

5.4.1 Estruturação e

Implementação de CAOPs

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Garir estrutura adequada ao funcionamento dos CAOPs. 	<ul style="list-style-type: none"> → Dotados os CAOPs (PROAD, Gminal, Direitos Humanos, Direito do Consumidor e Cível e Urbanismo e Meio Ambiente) de espaços adequados; pessoal e equipamentos necessários ao seu funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> 30/04/08

5.4.2 Gestão de Pessoas

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Promover capacitação para membros e servidores através da ESMF. Promover o desenvolvimento e valorização dos servidores. 	<ul style="list-style-type: none"> → Plano Anual de Capacitação para membros e servidores, com base no levantamento das necessidades de treinamento pelos CAOPs, Corregedoria, CGRH e demais segmentos. → Alteração da Lei do PGCs, no que se refere ao desenvolvimento, avaliação de desempenho e gratificações do pessoal do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta elaborada até 30 de março de cada ano. Proposta apresentada até 30/03/08

5.4.3 Reestruturação Organizacional da PGJ

ACOES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> Garir grupo de trabalho, no âmbito da Diretoria Geral, para revisão e reestruturação organizacional da PGJ. 	<ul style="list-style-type: none"> → Reformulação do regimento interno, objetivando a reestruturação organizacional da PGJ. → Resolução fixando efetivos mínimos necessários ao funcionamento das áreas de execução. 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta apresentada até 30/03/08 Proposta elaborada até 30/03/08
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar proposta para fixar efetivos mínimos para funcionamento das áreas de execução. 	<ul style="list-style-type: none"> → Ato regulamentar prevendo a formulação de Projeto de Lei criando cargos de servidores quando da criação de cargos de Promotores de Justiça. 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta elaborada até 30/03/08

5.4.4 Modernização das Instalações Físicas e Desenvolvimento Tecnológico

ACÕES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantar as necessidades de construção, reformas e adaptações dos prédios onde se encontram instaladas as unidades de execução e administrativas. ▪ Elaborar, com base no levantamento das necessidades, plano anual de construção, reformas e adaptações de prédios onde se encontram instaladas as unidades de execução e administrativas. ▪ Elaborar diagnóstico sobre o parque tecnológico e dos sistemas informatizados em operação. ▪ Elaborar com base no diagnóstico Plano Diretor de Tecnologia de Informação. 	<p>→ Implementado Plano Anual de construção, reformas e adaptações.</p>	<p>Projeto elaborado até 30 de janeiro de cada ano</p>
	<p>→ Implementado o Plano Diretor de Tecnologia de Informação, elaborado de acordo com as necessidades indicadas.</p>	<p>Até 31/12/08</p>

5.4.5 Comunicação Institucional

ACÕES	METAS	PRAZOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar canais de comunicação e aprimorar os já existentes com o objetivo de difundir as informações no âmbito da instituição e para a sociedade. ▪ Organizar campanhas institucionais voltadas para esclarecer as atribuições do Ministério Público. ▪ Aprimorar o relacionamento com a imprensa. 	<p>→ Projeto anual de comunicação institucional, para produção de boletins, informativos, newsletter, jornais, programas de rádio, TV e documentários.</p> <p>→ Definidos os temas a serem abordados durante as campanhas.</p> <p>→ Orientados 100% dos membros a utilizarem a Coordenação de Comunicação como meio de acesso à mídia.</p> <p>→ Elaborado um manual de relacionamento com a imprensa.</p>	<p>Projeto elaborado até 30 de janeiro de cada ano</p> <p>Até 31/03/08</p> <p>2008-2011</p> <p>Até 30/03/08</p>